

1 **Ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH BPSI)** no ano
2 de 2020, realizada no dia **22 de junho de 2020 (segunda-feira)**, às 14h, por videoconferência, com
3 a seguinte **ordem do dia**: 1 – Abertura; 2 – Aprovação da Ata da 1ª R. O. do CBH BPSI em 2020; 3
4 - Aprovação das Resoluções CBH BPSI nº 33/2020 e nº 34/2020, aprovadas *ad referendum* pela
5 Diretoria do CBH BPSI, além da Resolução nº 35/2020, colocada para aprovação no dia de hoje;
6 4 – Aprovação de realização da próxima Reunião Ordinária do CBH BPSI (15 de setembro) por
7 videoconferência, caso as restrições atuais ainda estejam em vigor; 5 - Informações sobre o Atlas
8 do CBH BPSI; 6 - Informações sobre o Edital de SES do CBH BPSI; 7 – Assuntos gerais; 8 –
9 Encerramento. **Item 1 – Abertura**: A reunião foi iniciada pelo Diretor Secretário, Carlos Ronald
10 (Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes), às 14h21, em segunda chamada com dez
11 membros presentes: UENF, Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, Prefeitura Municipal
12 de Bom Jesus do Itabapoana, Instituto Federal Fluminense, Prefeitura Municipal de São João da
13 Barra, FIPERJ, Associação Raízes, UFRRJ, Ecoanzol, Redec Norte, Águas Do Paraíba, Sindicato Rural
14 de Campos, Cedae e Asflucan. O Diretor Administrativo Vicente Oliveira (IFF) reclamou da
15 qualidade do áudio do Carlos Ronald. Carlos Ronald decidiu passar a condução da reunião para o
16 Diretor Presidente João Gomes (UENF), visando que nenhum participante deixe de entender o que
17 está sendo falado. João Gomes destacou que o Comitê do Baixo não ficou parado durante a
18 pandemia, pois estão sendo feitas muitas reuniões virtuais que geram diversas demandas para
19 toda equipe. Falou que ao final da presente reunião, se houver tempo, gostaria de apresentar um
20 breve relatório de tudo que a equipe vem produzindo nesse período de isolamento. Thaís Nacif
21 (Agevap) lembrou da solicitação do João Gomes para que a plenária vote o pedido de inclusão um
22 item de pauta. Em seguida recomendou que o João Gomes encaminhasse para votação. Thaís Nacif
23 pediu que todos que entrassem na sala virtual deixassem seu nome/instituição escritos no chat
24 para registro em ata. João propôs incluir, no item 3 da pauta, mais uma minuta de resolução a ser
25 aprovada, que trata da manifestação de interesse deste Comitê em permanecer com a Agevap
26 enquanto sua delegatária. Nenhum membro se manifestou contrária à inclusão de pautam que foi
27 concretizada. **Item 2 – Aprovação da Ata da 1ª R. O. do CBH BPSI em 2020**: Carlos Ronald voltou a
28 conduzir a reunião após ajuste em seu microfone e em seguida fez a leitura da minuta da Ata da 1ª
29 R. O. do CBH BPSI em 2020. Explicou que os itens da pauta foram tratados fora da ordem naquela
30 reunião por conta do quórum momentâneo, motivo pelo qual os assuntos que precisavam ser
31 votados foram abordados em momento posterior da reunião. O Diretor Vice-Presidente, Evaldo
32 Gonçalves (PMBJI), pediu para que a leitura da ata não fosse realizada, tendo em vista que todos
33 já receberam por e-mail, há uma semana pelo menos, esse documento. Carlos Ronald colocou em
34 votação a aprovação da ata. A Ata 1ª R. O. do CBH BPSI em 2020 foi aprovada por unanimidade.
35 Jeferson Fernandes (OAB) pediu para confirmar se ele participou daquela reunião. Thaís Nacif
36 confirmou a participação do Jeferson, dizendo que consta sua assinatura na lista de presença. **Item**
37 **3 - Aprovação das Resoluções CBH BPSI nº 33/2020 e nº 34/2020, aprovadas ad referendum pela**
38 **Diretoria do CBH BPSI, além da Resolução nº 35/2020, colocada para aprovação no dia de hoje:**
39 Carlos Ronald colocou em análise as Resoluções nº 33 (Dispõe sobre a disponibilização dos recursos
40 dos Comitês Médio Paraíba do Sul, Piabanha, Rio Dois Rios e Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana
41 para custeio da AGEVAP em situação extrema e caráter emergencial), nº 34 (Dispõe, ad
42 referendum, sobre critérios para a realização de reuniões por videoconferência no âmbito do
43 Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana) e nº 35 (Dispõe sobre a manutenção da delegação à
44 Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP das funções

45 inerentes à Agência de Água do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana), destacando que
46 essa última foi incluída na pauta no dia de hoje. João Gomes falou que o Diretor Administrativo
47 Zenilson Coutinho (Asflucan) se manifestou particularmente no sentido de se posicionar contrário
48 a aprovação de Resoluções *ad referendum*. João Gomes disse que também é contrário, mas que
49 ações urgentes precisam de deliberação imediata, e são assim deliberadas de forma excepcional.
50 Destacou que todas as Resoluções são referendadas pela plenária. Thaís Nacif apresentou para
51 todos na sala virtual a minuta da Resolução nº 33/2020. João Gomes explicou que essa foi editada
52 por todos os Comitês e foi deliberada em função do atraso repasse de recursos dos Comitês pelo
53 INEA em 2020, pois o pagamento dos salários de colaboradores da delegatária AGEVAP estava
54 ameaçado. Destacou que esse recurso de custeio não foi repassado até hoje. Thaís Nacif lembrou
55 que o recurso de projeto não tem essa finalidade (custeio) mas que a medida atende a uma
56 necessidade emergencial. Explicou que a AGEVAP teve cuidado de analisar qual rubrica de projeto
57 poderia ser utilizada sem comprometer o andamento da execução dos projetos de cada Comitê.
58 Disse que o caso do CBH BPSI foi utilizada a rubrica de saneamento, que possui um volume
59 relativamente expressivo e não traria problemas nesse momento. Jeferson Fernandes perguntou
60 se a AGEVAP tomou alguma medida, como processo administrativo ou judicial para tentar receber
61 esse recurso. João Gomes falou que essa solicitação foi realizada formalmente no fim de 2019 e
62 que o INEA alegou ter recebido um volume grande de pedidos de recursos todos de uma vez.
63 Jeferson Fernandes falou que já notou que o INEA trata com muita flexibilidade os prazos de
64 repasse dos recursos dos Comitês. Destacou que essa iniciativa trata de recursos pretéritos e que
65 não pode concordar com a mudança na destinação dos recursos que, originariamente, não tem a
66 finalidade de custeio, e registrou que entendeu a boa vontade daqueles diretores de Comitês que
67 buscaram uma solução para o problema. João Gomes falou que o Ministério Público Estadual
68 (MPE/RJ) está acompanhando esses problemas, até pelo fato de o recurso objeto de um Termo de
69 Ajustamento de Conduta (TAC) também estar com repasses em atraso. Falou que a decisão foi
70 difícil, mas que o risco era a da paralisação do sistema. Jeferson Nogueira falou que entende a
71 delicadeza da situação, mas que não concorda com essa medida, que na verdade é uma pedalada
72 e, por isso, votará pela OAB contra a aprovação. Aparecida Vargas (Abragel) esclareceu que está no
73 CBH BPSI enquanto representante da ABRGAL, mas que também é a atual Presidente do Conselho
74 Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro (CERHI/RJ) e explicou que houve um parecer da
75 Procuradoria do INEA favorável à legalidade da Resolução em questão. Jeferson Fernandes falou
76 que não conhece o parecer da Procuradoria para opinar sobre esse documento, mas que seria
77 interessante uma manifestação também do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Aparecida Vargas
78 falou que o CERHI pode solicitar manifestação da Procuradoria do INEA, sendo a manifestação do
79 TCE uma prerrogativa de solicitação do INEA, como ocorre com o Contrato de Gestão. Thaís Nacif
80 explicou que a AGEVAP é uma associação sem fins lucrativos e não possui caixa para arcar com
81 despesas de salários quando há atraso no repasse. Aparecida Vargas disse que o repasse
82 atualmente é programado para ocorrer semestralmente e que o CERHI poderia promover uma
83 discussão com o Hélio Vanderlei (INEA) para verificar a possibilidade de os repasses desses recursos
84 acontecerem mensalmente. João Gomes falou que o Jeferson Fernandes poderá solicitar qualquer
85 documentação ao Comitê que este providenciará o documento ou até mesmo solicitará a outra
86 instituição, se assim for necessário. Thaís Nacif falou que houve manifestações da AGEVAP através
87 de Cartas e pedidos de agendamento de reunião com as autoridades competentes para tratar do
88 assunto, mas sem sucesso, sendo essa Resolução a última alternativa. A Resolução CBH BPSI nº 33-

89 2020 foi aprovada com voto contrário apenas da OAB. Luiza Salles (Ecoanzol) defendeu a
90 importância das ações para aproximação das instituições com o Comitê, o que ajuda a fortalecer
91 na hora da tomada dessas decisões. Disse que, para o Comitê se manter na comunidade com
92 aprovação desta, é preciso fortalecer esse elo, o que dará ainda mais respaldo ao CBH BPSI. Foi
93 colocada em análise a minuta da Resolução CBH BPSI nº 34-2020. Thaís explicou que essa
94 Resolução trata da normatização da realização de reuniões por videoconferência, seguindo
95 iniciativa e moldes do CERHI. Vicente falou que em SJB já se iniciou a liberação de algumas
96 atividades e que a Resolução não define qual a legislação será observada pelo Comitê. Se municipal
97 ou estadual e qual a norma. Vicente Oliveira falou que o IFF tem utilizado a ferramenta da
98 videoconferência também e sugeriu que o link para acesso ao vídeo da gravação da reunião seja
99 disponibilizado para que toda comunidade possa assistir. Vicente Oliveira falou que esse modelo
100 de reunião por videoconferência pode ser uma solução para economia de tempo e recursos
101 financeiros, favorecendo principalmente aqueles que estão mais distantes e os que possuem
102 alguma restrição para o deslocamento. Carlos Ronald explicou que a Resolução trata do prazo até
103 2020 para caso ainda haja alguma restrição de deslocamento. Vicente Oliveira sugeriu analisar a
104 possibilidade de manter as reuniões plenárias de forma virtual até o fim do ano, considerando os
105 benefícios dessa modalidade. Jeferson Fernandes disse concordar com o Vicente, até mesmo com
106 a disponibilização das gravações na internet. Falou que podemos entrar numa outra era de
107 reuniões virtuais ou mistas. Propôs manter essa modalidade e fazer uma nova análise meses à
108 frente. Vicente falou que no IFF as reuniões já são feitas de forma mista. Aparecida Vargas falou
109 que essa previsibilidade pode futuramente ser inserida no regimento interno do Comitê. Jair Felipe
110 (UFRRJ) concordou com todas as propostas sobre a manutenção de reuniões remotas no período
111 posterior à pandemia. João Gomes sugeriu regulamentar o uso presencial ou não presencial, de
112 acordo com o entendimento da plenária. Carlos Ronald falou que a previsibilidade de modalidade
113 mista (presencial e não-presencial) pode ser analisada futuramente para normatização através do
114 regimento interno. Explicou que, se aprovada, a Resolução nº 34-2020 vai possibilitar a
115 continuidade de reuniões virtuais e que, acabando as restrições, na próxima plenária será analisada
116 a possibilidade de alteração regimental para a finalidade levantada. Thaís Nacif falou que o
117 Sindicato Rural de Campos (SRC), Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana (PMBJI) e
118 Asflucan, presentes na reunião, ainda não se manifestaram sobre a aprovação da Resolução nº 34.
119 Após isso, SRC e PMBJI votaram a favor da aprovação. A Resolução CBH BPSI nº 34-2020 foi
120 aprovada por unanimidade. Sobre a Minuta da Resolução CBH BPSI nº 35-2020, exibida no formato
121 apresentação a todos presentes à reunião, que trata da manifestação de interesse deste Comitê
122 em permanecer com a Agevap enquanto sua delegatária, João Gomes explicou que o Contrato de
123 Gestão (CG) está em discussão para ser reformulado, visando ajustar o atendimento da delegatária
124 às demandas dos Comitês. Mas que, tendo em vista o prazo do atual contrato, é preciso os Comitês
125 se manifestarem sobre o interesse na continuidade do contrato com a AGEVAP, mesmo que este
126 instrumento venha a ser reformulado, como é esperado. Explicou que as insatisfações com algumas
127 questões envolvendo a delegatária estão sendo tratadas paralelamente e serão objeto de ajustes
128 no futuro contrato, cuja construção já vem ocorrendo há dois meses entre os quatro comitês
129 afluentes. Jeferson Fernandes falou que a relação da Agevap, por questões óbvias, é muito mais
130 próxima da Diretoria do Comitê do que da Plenária, por isso perguntou se essa Diretoria está
131 satisfeita com o atendimento pela delegatária a ponto de encaminhar a renovação de contrato.
132 João Gomes falou que há diversas reclamações sobre esse atendimento da Agevap, o que já vem

133 sendo reclamado há dois anos de forma exaustiva. Falou que cresceu muito o número de Comitês
134 a que a Agevap atende e acabou aumentando as reclamações quanto a falhas e gargalos no
135 atendimento aos diversos Comitês. Falou que, apesar disso tudo, encaminha o interesse em
136 continuar com o contrato devido à urgência, tendo em vista que o contrato do CBH BPSI vence em
137 dezembro de 2020. Disse que o ideal seria uma agência de água, mas que isso custaria muito mais
138 recursos financeiros, além de outras questões importantes. Avaliou que é melhor encaminhar a
139 continuidade e discutir ajustes do que romper e começar o processo do zero. Disse estar
140 esperançoso no aperfeiçoamento do CG, visando principalmente a eliminação da ineficiência do
141 atendimento às demandas. Falou que o INEA hoje se sente pai e não irmão dos Comitês, o que
142 precisa ser modificado para os Comitês executarem os recursos em sua plenitude, definidos os
143 papéis do órgão gestor, da delegatária e dos Comitês. Vicente Oliveira falou que essa urgência nas
144 decisões parece ser o *modus operandi*, o que acaba por impedir o melhor debate. Falou que é
145 preciso criar indicadores para o contrato, o que permitirá avaliar melhor a delegatária. Falou que
146 particularmente aprova a atuação da atual equipe da UD4, mas que nota um gargalo maior na
147 sede, talvez pelo aumento do número de Comitês atendidos pela Agevap. Carlos Ronald falou que
148 essa forma quase excepcional de renovação contratual deve ser abandonada e que os membros
149 integrantes do sistema devem contribuir para a construção de modelo de gestão que apresente
150 ferramentas de monitoramento e avaliação efetivos, através de parâmetros concretos. Aparecida
151 Vargas explicou que existe uma comissão de avaliação do contrato de gestão, assim como existe no
152 âmbito da ANA para o contrato do CEIVAP. Falou que essa comissão é que analisa as metas e
153 indicadores presentes no contrato, que talvez hoje não sejam aqueles que o Comitê entende como
154 as mais adequadas. Esclareceu que é o Comitê quem escolhe sua delegatária e que o INEA só pode
155 se opor se houver algum impedimento de ordem legal. João Gomes falou que as reclamações não
156 acontecem somente contra a equipe da sede da Agevap, mas também contra a equipe da UD4,
157 cujo trabalho destoa daqueles desenvolvidos por outras unidades descentralizadas da Agevap,
158 mostrando muitas vezes uma má vontade dessa unidade em atender as demandas do CBH BPSI.
159 Falou que as reclamações não são de cunho pessoal, mas que visam permitir o aperfeiçoamento
160 da atuação. Aparecida Vargas falou que o Comitê, devido ao montante de sua arrecadação anual,
161 não tem condição de possuir uma delegatária exclusiva e que por isso o contrato atual foi assinado
162 em conjunto com os outros quatro Comitês afluentes. Esclareceu que não há alternativa, frisando
163 que o Comitê precisa analisar conjuntamente com os outros três Comitês afluentes qualquer
164 proposta de mudança. Zenilson Coutinho falou que o ideal seria uma instituição da região assumir
165 como delegatária ou até mesmo uma agência de bacia, mas que atualmente a melhor saída ainda
166 é manter a Agevap. Evaldo Gonçalves defendeu a adoção de uma data base para o contrato dos
167 quatro Comitês, o que favoreceria uma discussão e negociação em bloco, o que poderia vir a
168 favorecer os Comitês. Aparecida Vargas explicou que existe apenas um contrato para os quatro
169 Comitês, que atualmente vencem no mesmo prazo. Carlos Ronald contabilizou os votos da
170 Resolução nº 35-2020, que foi aprovada por unanimidade. **Item 4 – Aprovação de realização da**
171 **próxima Reunião Ordinária do CBH BPSI (15 de setembro) por videoconferência, caso as**
172 **restrições atuais ainda estejam em vigor:** A realização da 3ª Reunião Ordinária agendada para o
173 dia 15/09/2020 por videoconferência foi aprovada. Carlos Ronald encaminhou e foi aprovada a
174 alteração da pauta, invertendo a ordem do item 5 com o item 6. **Item 6 - Informações sobre o**
175 **Editais de SES do CBH BPSI:** Ednaldo Oliveira (Agevap) falou sobre o status do processo do Edital de
176 Sistema de Esgotamento Sanitário (SES) do CBH BPSI. Com o prazo já encerrado, explicou que foram

177 feitas cinco inscrições, sendo três delas de localidades do município de Varre-Sai, além de outra
178 inscrição de uma localidade do município de Itaperuna e outra do município de São Francisco de
179 Itabapoana. Falou que, de qualquer forma, o Edital promoveu uma aproximação dos municípios
180 com o CBH BPSI. Destacou que esse processo é contínuo, pois permite o lançamento anual de
181 editais que favorecem, entre outras coisas, o alcance das metas de desembolso pelo Comitê.
182 Vicente Oliveira falou que seria interessante o Ednaldo Oliveira e o Comitê pensarem em meios de
183 dar chance e colaborar com os municípios mais carentes e que talvez mais precisem de apoio.
184 Ednaldo Oliveira falou que inicialmente foram programadas realizações de oficinas e visitas
185 sistemáticas aos municípios, priorizando aqueles com menor percentual de rede coletora, mas
186 ambas ações foram inviabilizadas pela pandemia. Aparecida Vargas falou que o foco deve ser a
187 melhoria da qualidade e quantidade de água na Bacia, não priorizando somente os pequenos
188 municípios. **Item 5 - Informações sobre o Atlas do CBH BPSI:** João Gomes falou sobre o atlas do
189 CBH BPSI, citando que seu lançamento virtual deverá ser realizado aproveitando o prêmio da ANA.
190 Falou que o Atlas do CBH BPSI ficou muito bom e que foi inspirado nos atlas de outros dois Comitê
191 que lançaram anteriormente: o CBH MPS e o PIABANHA. Falou que a equipe da UD4 fez um
192 excelente trabalho. Disse que o Atlas do Baixo tem um diferencial que é o capítulo da Baixada
193 Campista, construído pela Diretoria do Comitê com colaboração de outros colaboradores da região.
194 Explicou que o Atlas, em resumo, é um apanhado de informações de órgãos oficiais que são
195 compilados, com correspondentes mapas, gráficos e tabelas produzidos. Vicente Oliveira
196 concordou com o João que o Atlas ficou excelente. Disse que o fato de ter sido construído por
197 pessoas da região dá ainda mais legitimidade às informações e sensação de pertencimento aos
198 que consultarem o documento. João falou que esse Atlas ficou a cara do Comitê e da região e que
199 serão impressos mil exemplares desse Atlas. **Item 7 – Assuntos gerais:** João Gomes falou do
200 trabalho da equipe da UD4 na construção de uma análise para ser encaminhada à OAB sobre a
201 baixa vazão do Rio Paraíba do Sul no município de Campos dos Goytacazes/RJ, observada nos
202 últimos anos. Considerou excelente o documento elaborado, pois contemplou uma ampla análise,
203 muito importante para o entendimento da situação atual ocorrida na foz do Rio Paraíba do Sul
204 (RPS), como baixa vazão, salinização e comprometimento da captação para abastecimento.
205 Agradeceu pela participação de todos e disse que a videoconferência não desfavoreceu o debate,
206 pelo contrário, os assuntos abordados de forma muito ampla, talvez até mesmo com maior número
207 de participantes. Zenilson parabenizou ao João pela condução da reunião e do Comitê. **Item 8 –**
208 **Encerramento:** A reunião foi encerrada às 17h47 pelo Diretor Secretário. A presente ATA foi lavrada
209 por Amaro Neto, Especialista Administrativo da AGEVAP – CBH BPSI, e depois de aprovada será
210 assinada pelo Diretor Presidente e Diretor Secretário do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo
211 Paraíba do Sul e Itabapoana.

Membros Presentes: UENF, Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana, Instituto Federal Fluminense, Prefeitura Municipal de São João da Barra, FIPERJ, Associação Raízes, UFRRJ, Ecoanzol, Redec Norte, Águas Do Paraíba, Sindicato Rural de Campos, Cedae, INEA, FIPERJ, FIRJAN, Copapa, OAB, ABRAGEL e Asflucan.



João Gomes de Siqueira (UENF)
Diretor Presidente

Carlos Ronald Macabu Arêas (P. M. de Campos dos Goytacazes)
Diretor Secretário